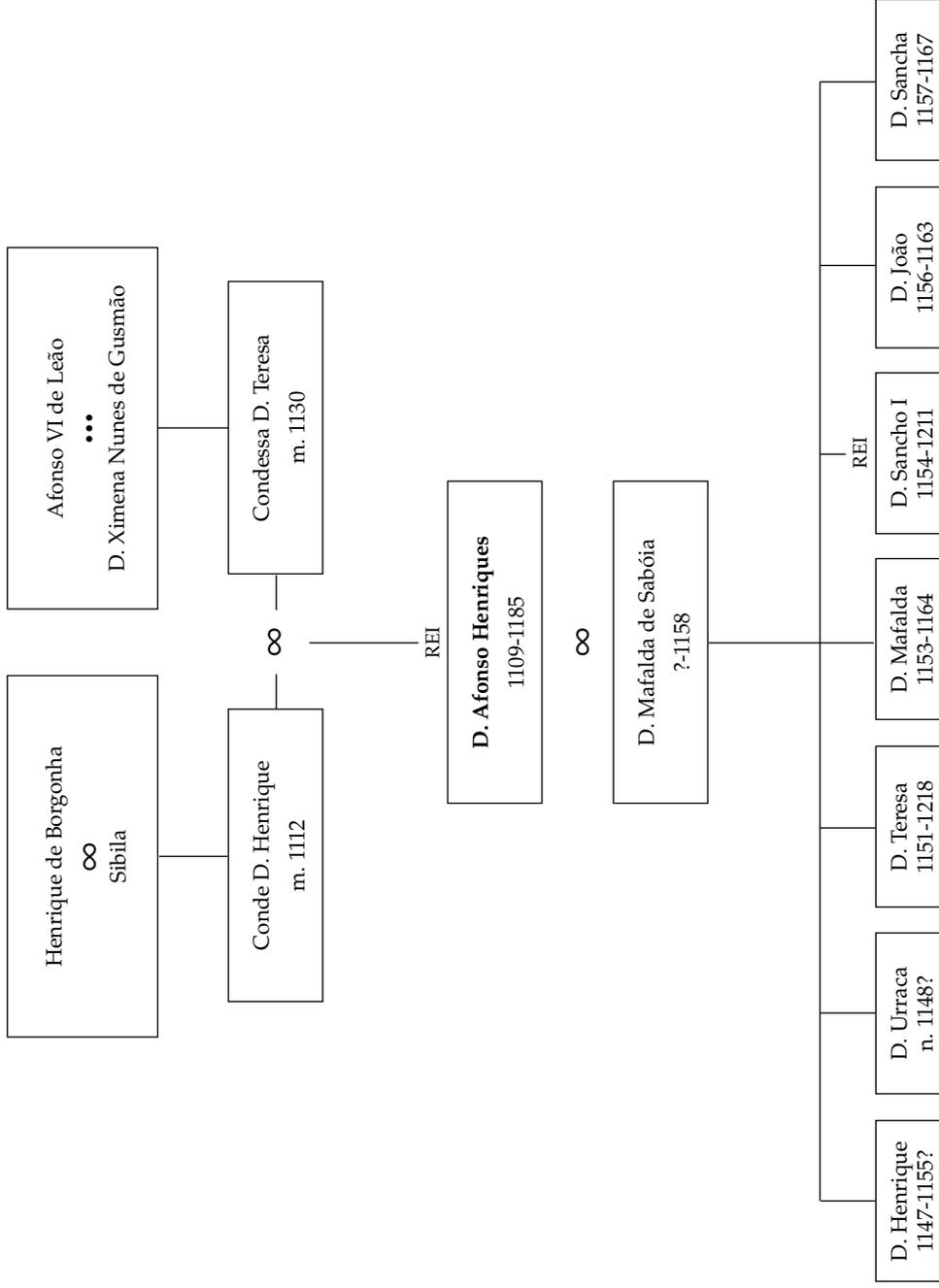


I
D. AFONSO HENRIQUES
1109-1185





O INÍCIO DESTA HISTÓRIA

A vida de todos nós é condicionada por diversos factores, que vão da genética ao ambiente familiar e social em que vivemos. Com os reis não é diferente. Por isso, quando se conta a história da vida de D. Afonso Henriques, torna-se necessário perceber o tempo em que viveu, a família em que nasceu e o meio social em que esteve inserido.

No século XI, graças à reconquista cristã em curso, a Península Ibérica era uma terra de oportunidades para gente que as não possuía, sobretudo os filhos segundos, que pouca ou nenhuma hipótese tinham de obter fortuna e títulos por heranças. Este era, pois, um cenário muito atractivo para as ambições de jovens nobres oriundos das principais cortes e condados da Europa. Foi nesta conjuntura que os jovens «franceses» Henrique e Raimundo chegaram à Península. E é assim que começa esta história.

Ambos segundos filhos, Raimundo e Henrique tinham a seu favor ligações não só aos condes e duques de Borgonha, mas também à poderosa e influente Ordem religiosa de Cluny.

Aceita-se ter sido por volta de 1090 que o rei de Leão e Castela, Afonso VI, deu a Raimundo de Borgonha a sua filha Urraca em casamento e concedeu – mais tarde – o título de

conde e o território da Galiza, que integrava terras portucalenses, entre os rios Minho e Douro.

Por volta de 1093, será a vez de Henrique chegar à Península. O seu irmão mais velho, Eudes I, era cunhado de Raimundo. Assim, estes dois homens não eram primos, como durante muito tempo se pensou, mas membros de duas famílias diferentes, ligadas por laços matrimoniais. Henrique, que se crê tenha vindo atraído pelo sucesso alcançado por Raimundo, gozava da fama de bom guerreiro, ao contrário do primeiro, que mostrava grandes dificuldades em defender os territórios que estavam à sua guarda.

Estas razões terão, decerto, pesado na decisão de Afonso VI de Leão e Castela conceder a Henrique a mão de Teresa, sua filha ilegítima, e o Condado Portucalense, que, à época, agrupava os antigos condados de Portucale e de Coimbra e que ficavam, assim, destacados da Galiza.

A data provável do enlace terá sido 1096. Nessa altura, Raimundo terá entregado a Henrique o governo independente dos territórios Entre Minho e Tejo, temendo uma iminente invasão moura. Raimundo permaneceu a norte, entregue aos complexos problemas internos galegos.

Afonso VI ter-se-á casado cinco vezes e tido incontáveis relações extramatrimoniais, como era costume nessa época. O quarto casamento foi com a moura Zaida, que fez baptizar com o nome de Isabel. Em 1100 nasceu D. Sancho, o seu único filho varão, que D. Afonso VI decide considerar seu legítimo herdeiro. Uma decisão que não agradou a Henrique nem a Raimundo, que estava casado com D. Urraca, filha nascida do segundo casamento do rei D. Afonso VI.

É que a possibilidade de o infante D. Sancho ocupar o trono punha em perigo as pretensões do «partido pró-francês»

formado por um grupo de cavaleiros, monges e clérigos, que era apoiado pelos recém-chegados. Para reforçar esta corrente galesa, chegou a vir à Península Dalmácio Geret, um enviado de Hugo de Cluny, abade e líder da Ordem com o mesmo nome.

Em finais de Janeiro de 1104, Raimundo e Henrique celebram um pacto, na presença de Geret, no qual o segundo reconhece o primeiro como legítimo herdeiro dos reinos de Leão, Castela e Galiza, prometendo-lhe defesa na qualidade de seu vassalo. Em contrapartida, Raimundo promete conceder a Henrique o território de Toledo com um terço dos seus tesouros ou, em alternativa, o reino da Galiza.

Mas, em política, como bem sabemos, nem sempre os acontecimentos decorrem como se espera. O nascimento de Afonso Raimundes, filho de Urraca e Raimundo, altera a situação e coloca em novos termos o problema da sucessão régia.

Uma série de mortes vai voltar a baralhar o esquema nesta matéria. Primeiro falece Raimundo, em 1107, e um ano depois D. Sancho, filho e herdeiro preferido do rei de Leão.

Estes óbitos, as intrigas na corte leonesa e o casamento, em segundas núpcias, de D. Urraca com D. Afonso I, rei de Aragão, levaram à necessidade de novos realinhamentos, nomeadamente por parte de D. Henrique, que se recusava a aceitar D. Urraca como rainha e sucessora do reino de Leão, ganhando a fúria do sogro, que o catalogou como traidor.

A 29 de Junho de 1109, morre Afonso VI e Afonso Raimundes é proclamado herdeiro do reino da Galiza, ficando a sucessão do trono leonês entregue aos futuros filhos de Urraca e Afonso.

NASCIMENTO DE UMA NAÇÃO

Este foi o breve intróito ao caminho que agora vai conduzir-nos à possível interpretação da história do nascimento da nossa nação.

A documentação existente é escassa e sofreu, ao longo dos tempos, sucessivas interpretações. Apesar disso, foi com base nelas que tentámos conhecer a alma e o carácter do homem a quem devemos a nossa existência como país.

Convém salientar que, apesar de o Condado Portucalense ter sido destacado da Galiza, isso não representou um corte definitivo entre as duas regiões. Por certo, terão sido interesses diversos que justificaram que tal não acontecesse, nomeadamente os da Igreja, em cujo seio se verificava um aceso conflito entre Braga e Compostela pela obtenção de um lugar de primazia.

Em meados do mês de Agosto de 1109, terá ocorrido, ao que se acredita em Viseu, o nascimento de Afonso Henriques, uma criança ligada por laços hereditários à família régia de Leão e Castela.

Como qualquer outro ser humano, iria receber de seu pai e de sua mãe os genes que viriam a marcar a sua personalidade e alguns dos seus comportamentos em sociedade.

Do lado materno, herdava um avô que se intitulava imperador de toda a Hispânia, e que conseguira reunir, sob a sua autoridade, os reinos de Leão, Castela e Galiza. Este avô, que morre no ano do seu nascimento, constituiria, na sua vida, uma referência inesquecível.

Do lado paterno, recebia uma dádiva importante, o facto de o conde D. Henrique de Borgonha ter nascido noutra latitude e ter crescido num meio que possuía uma educação bem diferente da dos nobres peninsulares. Afonso Henriques acolhia, também, a

sua alta ascendência, ao ser bisneto do rei de França, Roberto II, e a pertença a uma família que dominava grandes cidades.

De recordar que tinha ainda ligações ao poderoso abade Hugo de Cluny, irmão da sua avó, casada com o primeiro duque de Borgonha. Todas estas relações familiares são, à época, elementos importantes a ter em conta, nomeadamente quando, no futuro, o jovem cavaleiro quiser afirmar a sua legitimidade política e a independência do seu território.

A PRIMEIRA INFÂNCIA

Acredita-se que durante a infância Afonso Henriques não tenha tido muito contacto com os seus progenitores. Aliás, o seu pai viria a morrer quando ele tinha apenas dois anos. Naquela época tinha-se por normal as crianças régias não serem educadas no lar paterno, mas junto de uma família nobre, donde saíam os aios que, de modo quase automático, se transformavam em pessoas da maior relevância na vida dos jovens. Admite-se, hoje, que Afonso Henriques terá sido criado junto da família Ribadouro, num domínio familiar perto do Mosteiro de Cárquere, onde viviam os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Neste agregado existiriam três irmãos, Ermígio, Egas e Mendo. Da documentação depreende-se que Ermígio Moniz de Ribadouro terá sido o primeiro *dapifer* (mordomo) do infante, tendo desempenhado funções políticas que o situavam, entre 1128 e 1135, como o seu verdadeiro aio. Por sua morte, e dado que não tinha descendentes, foi Egas Moniz quem se tornou o herdeiro de todo o património material e simbólico da família, ficando, inclusive, como mordomo-mor.

As suas relações pessoais com o rei revestiram-se, assim, de uma grande intimidade, corroborada pelo facto de sua mulher, Teresa Afonso, ter sido, depois de viúva, ama das infantas Teresa e Urraca e, talvez, até do futuro rei Sancho I.

Este período da vida do pequeno Afonso, que terá durado uns 12 anos, foi o dos seus primeiros passos, das primeiras palavras e dos primeiros jogos. Foi um tempo de calma e de brincadeiras, entre os filhos de Egas Moniz e os amigos das redondezas. No qual, decerto, o infante nem se terá dado conta da febril actividade política e militar de sua mãe, que governava o Condado Portucalense, enquanto o seu filho não atingia a maioridade.

Viviam-se tempos de guerra, de grandes tensões e de instabilidades políticas. Este ambiente de constante luta pelo poder e de alianças que se faziam e desfaziam consoante os interesses dos vários grupos e as circunstâncias da política terá, por certo, influenciado o carácter do jovem Afonso Henriques.

Será difícil, talvez, descobrir-lhe traços de D. Teresa, já que a documentação existente tende muito a denegrir o seu papel, atribuindo-lhe a responsabilidade por diversas dissensões que terão prejudicado o reino. Infelizmente, já então, o ser mulher era um terrível *handicap* a que, no seu caso, se juntou a oposição que fez ao poderoso arcebispo de Compostela, Diego Gelmírez, a favor das pretensões do arcebispo de Braga.

Se a progenitora não terá sido um exemplo de comportamento moral – e porque haveria de o ser? –, também não terá sido a mulher de costumes depravados que os seus opositores tentaram fazer dela. Não restarão muitas dúvidas de que D. Teresa seria uma personalidade forte, ambiciosa e convicta de que lhe assistia o direito de, pela morte de seu pai, pelo menos, vir a reinar num dos territórios que ele administrara,

ou, pelo menos, a Galiza. Sempre se considerou, no seu íntimo, rainha e disso deu público conhecimento a partir de 1117.

Nos anos seguintes, a sua regência não seria facilitada com os ataques do poderoso chefe muçulmano Ali B. Yusuf, que investiu contra Coimbra. Era necessário, para bem do território, reforçar as defesas do Mondego, obtendo o auxílio dos exércitos de além-Minho, e, convenhamos, ter um chefe militar como havia sido seu marido.

É possível que o que acabo de descrever possa ter forjado o carácter de seu filho e as suas ambições, mesmo que o convívio de ambos, nos primeiros anos de vida, não tenha sido muito intenso. De facto, a mãe andou, frequentemente, envolvida na política galega e leonesa, fazendo e desfazendo alianças, ganhando e recuperando terras. Assim, tudo nos leva a crer que foi este o exemplo que o seu filho prosseguiu, acrescentando-lhe, é evidente, as suas próprias ambições.

D. Teresa governa durante 16 anos, em duas fases bem distintas. A primeira, de 1112 a 1121, marcada pela continuidade da linha política de autonomia relativa do condado, que fora definida pelo marido. A segunda, de 1121 a 1128, menos segura e caracterizada por uma maior submissão à hegemonia galega, que não agradou aos nobres da região, nem a seu filho, que, aos 12 anos, a dois de atingir a maioridade, estava de regresso à corte, na qual era suposto continuar a sua educação num meio mais próximo da política. Em breve assumiria o poder.

Terá regressado à corte por volta de 1120, dado que foi a partir desta data que passámos a encontrar, por várias vezes, a sua assinatura nos documentos de D. Teresa, em posição superior à de Fernão Peres de Trava, de quem falamos a seguir.

OS TRAVA

Até 1127 não se conhece documento que prove a existência de qualquer indício do mínimo conflito entre mãe e filho. Este surgirá mais tarde, quando a disputa pela cadeira do poder suplantar os laços de sangue que os une. Uma luta que se inicia com o aparecimento da família Trava nesta história.

Acredita-se que a chegada do conde galego à corte se tenha dado em 1121. Apenas decorrido um ano, já se conseguem identificar o seu poder e influência junto da rainha que lhe oferece a tenência de Coimbra. É ainda acusado de ser o responsável pelo afastamento da corte dos poderosos fidalgos Soeiro Mendes de Sousa, Ermígio, Mendo e Egas Moniz, Paio Soares e o galego Sancho Nunes Barbosa, poderosos nobres até então próximos e fiéis da rainha. Ao excluí-los da corte, está não só a afastá-los das glórias da guerra santa contra os infiéis, como das vantagens materiais e simbólicas que daí advinham; mas, e sobretudo, a afastar as principais famílias da «nobreza portuguesa» de cargos que significavam poder político militar e elevados rendimentos económicos.

Foi um período de críticas, conciliábulos e conspirações, muitos deles tendo como cenário a Sé de Braga. No Verão de 1122, de forma inesperada, D. Teresa manda prender o arcebispo de Braga, Paio Mendes. Embora não se conheçam exactamente as razões desta ordem, parece plausível que, no contexto em que a mesma foi tomada, elas pudessem estar ligadas a uma maior influência de Diego Gelmírez, arcebispo de Compostela e arqui-inimigo de Paio Mendes, sobre a rainha. Este último, como veremos, viria a revelar-se uma peça fundamental na emancipação da terra portugalense.

O arcebispo de Braga haveria de ser libertado, por ordem directa do Papa, pouco tempo depois. Mas, parece, a luta apenas havia começado. De um lado, o arcebispo de Compostela, os Trava e até a rainha, que sonhavam com a unidade Galiza-Condado Portucalense. Do outro, o projecto de autonomia do Condado, sem submissão à Galiza ou ao reino de Leão, assumido pelo arcebispo de Braga, pelas famílias nobres de Entre Douro e Minho, que haviam perdido os seus privilégios, e, acreditavam todos, também por Afonso Henriques.

Este não via com bons olhos o poder crescente de Fernão Peres na corte e a relação demasiado próxima que este mantinha com a rainha, que acabou por ser selada com o casamento da filha Urraca Henriques com Bermudo Peres.

Muitos historiadores pensam que a presença do conde galego na corte deriva mais de um acordo político do que de uma paixão sentimental. Pode ser que assim tenha acontecido. Verdade ou não, romanticamente ou não, acredito que D. Teresa sentisse que tinha encontrado naquele homem um guerreiro valente que protegeria o «reino» das investidas não só dos mouros, como das de sua irmã, uma ameaça constante.

Acredita-se, aliás, que só um verdadeiro casamento poderá explicar o crescente ascendente dos Trava e a cada vez mais nítida insubordinação dos senhores portucalenses, que não queriam a sua rainha equiparada à nobreza galega, o que os colocava a todos eles abaixo dos Trava. E compreende-se que assim pensassem, porque também era a perda de privilégios que estava em causa...

Em 1124, Afonso Raimundes, que seria o futuro Afonso VII, foi armado cavaleiro, por Diego Gelmírez, em Santiago de Compostela. E, em 1125, começa uma segunda vaga de deserções

de nobres portugalenses, que se revoltam, deixando ainda mais isolados D. Teresa e Fernão Peres.

AFONSO É ARMADO CAVALEIRO

Afonso Henriques encontrava-se, finalmente, em condições de ser feito cavaleiro. E sê-lo-ia, de facto, aos 14 anos, segundo a tradição, na Catedral de Zamora. Ali, reza a *Crónica dos Godos*, retirou do altar de São Salvador as armas militares que tomou nas suas mãos e vestiu-as. Elas seriam, a partir de então, os seus símbolos de poder guerreiro.

Em Março de 1126, morreu D. Urraca, o que deixava o caminho aberto ao seu filho, que viria, com vasto consenso de nobres e bispos, a ser coroado Afonso VII, na cidade de Leão. Este receberia D. Teresa e Fernão Trava, tendo assinado um pacto de tréguas, que ambos sabiam que dificilmente seria cumprido.

Mas, antes como hoje, muitas vezes os acordos são assinados sabendo-se que, mais cedo ou mais tarde, serão rasgados sem remorsos. De facto, em Outubro de 1127, o exército de Afonso VII avançou sobre o Norte de Portugal. Sabe-se pouco do que terá acontecido. Teresa e Fernão ter-se-ão dirigido para Coimbra ou Viseu, locais mais difíceis de alcançar pelas tropas, ficando o jovem Afonso Henriques a defender Guimarães.

Atitude diplomática que permitia ao infante, sem que o casal se compromettesse pessoalmente, ficar livre de decidir aceitar ou não o preito de vassalagem a Afonso VII.

Foi deste modo que Afonso Henriques, tornado defensor do cerco feito a Guimarães, acabou por ceder às exigências do primo, jurando-lhe lealdade através do seu fiel aio Egas Moniz,

e integrando a sua comitiva, no regresso à Galiza, numa prova plena da homenagem que aquele, mais tarde, narraria.

Na prática, a relação política entre o condado e o rei de Leão ficou suspensa, porque a submissão fora dada por quem não tinha (ainda) autoridade para o fazer.

Mas este episódio traria Afonso Henriques para os holofotes da política, colocando-o como o homem que poderia simbolizar todas as aspirações dos nobres portugalenses, afastados da corte pela sua mãe. E é, também, a altura de o nosso jovem cavaleiro tomar uma decisão.

A BATALHA DE SÃO MAMEDE

Como veremos, Afonso Henriques é um rei determinado, diria mesmo obstinado, com muita facilidade em tomar decisões. É assim que, certamente influenciado pelo seu fiel aio, toma posição junto dos nobres que tinham abandonado a corte materna e começa a exercer actos de soberania, num sinal claro de que se havia apropriado do governo do condado contra a vontade da progenitora. São disso exemplo as cartas de couto ao Eremitério de São Vicente de Fragoso em 1127 e ao Mosteiro de Manhente no ano seguinte, ou a confirmação do foral de Guimarães em 1128.

Estas medidas tomadas por Afonso Henriques constituem a revolta de alguém que, com 18 anos, reclama um condado que, por herança paterna, considera seu. Reconhecia-se, aqui, mais uma marca do seu carácter e da sua vontade em tomar as rédeas do poder. Mas D. Teresa estava longe de pensar do mesmo modo e, irritada com a atitude do filho, entendeu que deveria lutar para se manter no poder. Contudo, isso impunha

conquistar aliados. Com esse fito, vai oferecer o Castelo de Soure à Ordem do Templo de Jerusalém para conquistar a Igreja e tenta, em 1128, no encontro em Zamora, com Afonso VII, cativar o sobrinho. Só que este não se mostrou interessado em hostilizar o primo, que até lhe jurara fidelidade...

Esta luta entre mãe e filho só teve fim na tão celebrada batalha de São Mamede a 24 de Julho de 1128, o dia mais longo daquele ano. A disputa que se seguiria marcaria o começo do reino de Portugal, governado pelo jovem infante. O rapaz que, três anos antes, havia sido investido cavaleiro era, agora, o homem que naquela hora travaria uma batalha que ficaria na memória de todos os portugueses.

Afonso Henriques irá apoderar-se, pela força, de toda a herança de sua mãe. Para isso, prende Trava e os seus colaboradores e, crê-se, a própria rainha. O que é certo é que, pouco tempo depois, ambos já estavam livres e na Galiza.

O CAMINHO DO PRÍNCIPE

Como seria de esperar, aos 19 anos, Afonso precisava, para exercer o poder, de contar com os nobres, mais velhos e experientes, que o haviam apoiado nesta subida ao poder.

Os primeiros passos do futuro rei iriam, assim, decorrer sob a tutela dos nobres e também do clero, obediente ao arcebispo de Braga. Pouco depois da batalha de São Mamede, morre o bispo de Coimbra. E, claro, Paio Mendes não perde a oportunidade de convencer o seu antigo pupilo a apoiar a escolha de Bernardo, arcediogo bracarense, de modo que o governo daquela diocese ficasse nas mãos de um dos seus. Não respeitando os direitos compostelianos, é ele próprio que, em Braga, lhe dá a sagração.

Como seria de esperar, Diego Gelmírez reagiu e apelou para o Papa Honório II, que convoca de imediato Paio Mendes. Este ignora a convocatória e, ainda que censurado por várias vezes, continua a exercer a sua autoridade.

Pese embora o facto de se encontrar inserido no reino de Leão e Castela, o Condado Portucalense ia-se consolidando e a Igreja «local» fortalecendo. Braga era primaz e o príncipe enriquecia-a com doações e poder. E a verdade é que, na corte, os confessores e os capelães eram bracarenses escolhidos por Paio Mendes, o que reflecte bem a íntima relação do clero com as famílias do Norte, que eram quem, na realidade, influenciava Afonso.

São, afinal, dois homens poderosos, Ermígio Moniz e Paio Mendes, aqueles que constituem os dois suportes, os dois pilares da revolta do infante. O primeiro representava os interesses da nobreza nortenha. O segundo defendia os da Igreja da região.

Todavia, e como seria de esperar, a relação de Afonso com a nobreza foi sofrendo evoluções. Um político hábil sabe sempre com que apoios deve contar e que mudanças fazer naqueles de que já dispõe. E o infante, com o seu apurado sentido político, percebeu-o bem cedo.

Também o seu relacionamento com o clero se tornou mais selectivo. Antes, privilegiava o primado de Braga e Coimbra e os mosteiros de Entre Douro e Coimbra, qualquer deles muito dependente da nobreza do Norte.

Mais tarde, irá escolher os mosteiros sob a alçada do padroado régio e, em especial, Santa Cruz e os Cistercienses.

Parece claro que esta dupla evolução visava a independência real e, sobretudo, a politização da sua autoridade. Ele já não é a criança que se fez rei, é o político que começa a amadurecer o caminho que tem de trilhar.